

Multa diminui faltas na Constituinte

Mineiro perdeu 100 mil na primeira semana, mas a maioria dos faltosos apareceu

EUGENIO NOVAES



Fernando Henrique, Luiz Vianna, Chiarelli e Suruagy (da esq. para a dir.) instalam a comissão de fiscalização

O corte nos salários dos parlamentares que faltarem constantemente às sessões da Constituinte — medida tomada pela Mesa e em vigor desde a última segunda-feira — mostrou, logo na primeira semana, que vai surtir efeito. Somente um parlamentar — o deputado Mário Bouchardet (PMDB-MG), fez ouvidos de me recador às advertências do presidente Ulysses Guimarães e não compareceu a uma única votação das realizadas de segunda a quinta-feira — e terá, em consequência, menos Cz\$ 100 mil em seu salário do mês que vem.

Outro constituinte pouco afeito às lides parlamentares — o deputado Felipe Cheidde (PMDB-SP), embora não escondendo seu desinteresse pelas cansativas sessões de votação do novo texto constitucional, passou duas horas em plenário na tarde de quarta-feira: votou dois dispositivos constitucionais e foi embora, mas estas duas horas garantem que não terá cortes em seu salário, já que a punição só será aplicada quando o constituinte faltar a quatro sessões consecutivas ou a sete alternadas, numa média de corte de Cz\$ 25 mil por sessão.

Outros seis parlamentares faltaram a todas as sessões realizadas na primeira semana em que vigora a punição, mas todos por motivos justificados — o senador Virgílio Távora (PDS-CE), a deputada Cristina Tavares (PE), os deputados Paulo Macarini (PMDB-SC) e Jessé Freire (PFL-RN) estão em licença-médica.

O deputado Jorge Leite (PMDB-RJ), também não deu maior importância às medidas tomadas pela mesa e não aparecem em nenhuma das votações desta semana. Em seu gabinete também não havia, na tarde de sexta-feira, nenhum funcionário que pudesse explicar o motivo da ausência do deputado em Brasília.

Alguns dos deputados que não compareceram a sessão de

segunda-feira, primeiro dia das medidas de punição pecuniária aos faltosos, tomaram cuidados para não serem considerados gazeteiros comuns. Depois da verificação de quorum, que registrou 306 faltas em plenário, o presidente Ulysses Guimarães, irritado, encerrou a sessão. Logo depois apareceram cerca de 70 constituintes na sala do secretário-geral da Mesa, Paulo Affonso Martins, e assinaram uma lista de presença, que foi anexada à já composta pelos computadores, na verificação de quorum, livrando-se de serem considerados faltosos.

Para Paulo Affonso Martins a confecção de uma lista em separado, nestes casos, é perfeitamente regimental. Embora não sirva para composição de quorum para votações, os signatários destas listas posteriores são considerados presentes à sessão. A ânsia de confirmar presença nesta sessão foi tão grande que dois parlamentares assinaram a lista na Mesa, mesmo tendo registrado sua participação na sessão através do sistema de votação eletrônico — os deputados Sarney Filho (PFL-MA) e Carrel Benevides (PTB-AM).

Mesmo com a possibilidade de serem notados pela ausência, alguns parlamentares participaram pouco dos trabalhos da Constituinte esta semana. O deputado José Serra (PMDB-SP), ativo participante das negociações e votações do Título que definiu o sistema tributário nacional, tem participado pouco das votações da Ordem Econômica, apesar de ter comparecido às sessões de terça a quinta-feira, Serra não votou todas as emendas apresentadas em plenário.

Somente daqui a duas semanas a Mesa da Constituinte terá um levantamento completo das faltas — tanto das consecutivas quanto das alternadas — às sessões. Ai então será conhecido o número exato dos faltosos e os motivos que os levaram a ausentar-se da Casa, já que, para livrar-se da punição, os constituintes faltosos terão que apresentar atestado médico ou justificativa aceitável pelo departamento de pessoal da Câmara e do Senado.

Maciel pode disputar a reeleição

O senador Marco Maciel poderá ser candidato à reeleição a presidente nacional do PFL, encabeçando a chapa dissidente, para o confronto com o grupo governista, hoje majoritário do partido. O senador pernambucano assumiu de fato e de direito o comando da dissidência do PFL, aproveitando o episódio da destituição do senador gaúcho Carlos Chiarelli da liderança do Senado. A proposta do grupo é a de rompimento com o Governo Sarney.

A outra opção dos pefelistas dissidentes para disputar a presidência do partido seria o senador catarinense Jorge Bornhausen, ex-ministro da Educação. Na próxima semana, haverá reunião da Comissão Executiva Nacional, para definir a data da Convenção Nacional. A direção vai apreciar requerimento com quase 100 assinaturas, para a convenção ser realizada 15 dias após a promulgação da nova Constituição.

O grupo dissidente, liderado por Marco Maciel, Jorge Bornhausen, Guilherme Palmeira, José Agripino, Saulo Queiroz, Jayme Santana, Sandra Cavalcanti e outros, deve concordar com a proposta de adiamento. Um deles informou que o adiamento dará condições para o trabalho de proselitismo nos estados, na busca de apoio à chapa de confronto. Em princípio, a convenção seria realizada no dia 15 de maio mas esta possibilidade já foi afastada.

Os dissidentes acreditam conseguir apoio expressivo das bases regionais. Revelaram que recentes avaliações em vários estados comprovaram a tendência de numerosos diretórios regionais a favor do rompimento do PFL com o Governo Sarney. O grande obstáculo continua sendo o presidente de honra do partido, ministro Aureliano Chaves. Os dissidentes preferem minimizar a influência dos ministros Antônio Carlos Magalhães, Abreu Sodré e João Alves no partido, mas respeitam o ministro Hugo Napoleão.

TRANSIÇÃO

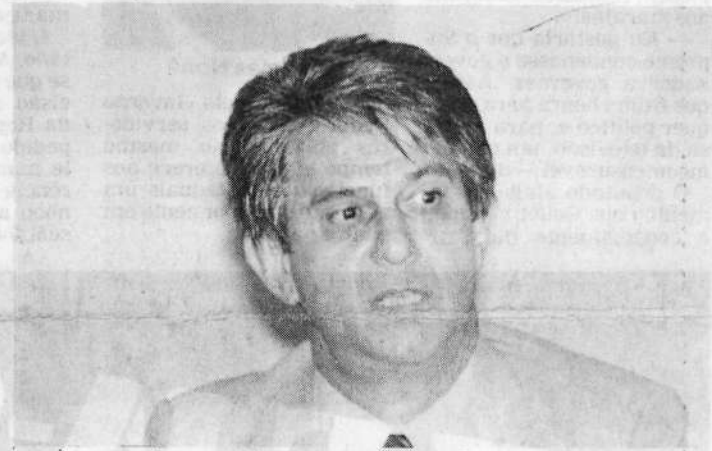
Aureliano Chaves continua insistindo na tese de que o PFL tem compromissos com o Governo pelo menos até o final da transição — no caso, a promulgação da nova Constituição. Depois disso ele defende a convocação da convenção nacional para definir o rumo a tomar. O ministro das Minas e Energia pretende deixar a pasta após a promulgação da nova Carta constitucional.

Os principais líderes da proposta de rompimento com o Governo estão convencidos de que, formalizada a dissidência, dificilmente haverá desligamentos da legenda para ingressar no pretendido novo partido de centro-esquerda, que vem sendo articulado pelos dissidentes do PMDB.

MINORIA

Os dissidentes do PFL estão sendo convencidos, até agora sem êxito, a assinarem documento constituindo no Senado o bloco da maioria (oposição). Se concretizado, o senador Saldanha Derzi (PMDB-MS) será transformado de líder da maioria em líder da minoria governista. A iniciativa do bloco da maioria oposicionista é do senador mineiro Ronan Tito, vice-líder do PMDB.

O documento deverá contar com o apoio de 22 senadores do PMDB — já rompidos com o Planalto —, além de Maurício Corrêa e Mário Maia, do PDT; Afonso Camargo, do PTB; Jamil Haddad, do PSB; Mauro Borges, do PDC; Ney Maranhão, do PMB; e Itamar Franco e Pompeu de Souza, sem partido. Se sete senadores do PFL assinarem, o bloco será majoritário — 37 dos 72 senadores.



Ibsen crê que projeto das eleições fique pronto até 4º

Maio chega agitando o mundo da política

A primeira semana de maio promete ser bem movimentada, não só pelos trabalhos da Constituinte, que deve começar a discutir o polêmico capítulo da Reforma Agrária, mas também pelos projetos que estão em andamento no Congresso Nacional. Já na segunda-feira pela manhã, na sessão do Congresso (que reúne deputados e senadores) será feita a leitura do decreto que congelou a URP para o funcionalismo público e, na terça-feira pela manhã, é prevista uma sessão da Câmara para votar a urgência do projeto de lei que regulamentará as futuras eleições municipais, e ainda, o projeto do senador Carlos Chiarelli, congelando as cotas do Imposto de Renda para o servidor público.

Por trás de tudo isso, várias articulações estão sendo mantidas pelos políticos. Quanto ao decreto congelando a URP, associado ao decreto-lei de dezembro passado, instituindo o pacote fiscal, a intenção da grande maioria é derrubá-lo. Para isso, o deputado Luis Salomão (PDT-RJ) pretende realizar na terça-feira à noite, após sessão da Constituinte, uma reunião, com a presença dos parlamentares e dos jornalistas, para "montar uma estratégia" que visa a "derrubar o pacote fiscal, derrubar o congelamento da URP e forçar o governo a produzir outras medidas que combatam o déficit público sem provocar recessão ou arrocho salarial".

Sob o risco de ser aprovado por decurso de prazo, o decreto do pacote fiscal, na opinião do deputado, precisa ser votado o mais rápido possível. Ontem, Luis Salomão procurou o presidente da Constituinte Ulysses Guimarães para alertá-lo sobre a necessidade de se realizar mais sessões do Congresso para votar o pacote fiscal. Ulysses pediu-lhe que procurasse o presidente do Senado, Humberto Lucena para consultá-lo a respeito — se Lucena concordar, Ulysses está disposto a cancelar sessões da Constituinte pela manhã em favor de sessões do Congresso.

IMPOSTO DE RENDA

Aprovado pela unanimidade, em terça-feira, pelo Senado Federal, o projeto do senador Carlos Chiarelli, obrigando o congelamento das cotas de imposto de renda (o projeto fixa o paga-

mento dessas cotas em relação à OTN de março) para a categoria atingida pelo decreto que congelou a URP, chegou à Câmara na quinta-feira. E o próprio Chiarelli quem está negociando junto aos deputados a aprovação do texto, que segundo ele, pode ser definido da seguinte forma: "Quem recebe congelado, paga imposto de renda congelado". Para tanto, o senador enviou, ontem, telex a todas as lideranças partidárias pedindo empenho na aprovação do projeto.

Além disso, já conversou com o líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), para pedir o apoio da maioria; com a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), para fazer vigilância; e com o deputado Geraldo Campos (PMDB-DF), para agilizar, uma vez que o representante de Brasília é um dos mais interessados na questão do funcionalismo público.

Esse projeto, no entanto, como veio do Senado, ainda precisa passar por alguns trâmites. O primeiro Delesé reunir a assinatura de todas as lideranças para se formalizar o pedido de urgência. Em seguida, a Câmara deve votar e aprovar a urgência e, só então, irá a voto. Isso, no entanto, pode não ser tão demorado; se Chiarelli sensibilizar as lideranças e estas assinarem o pedido de urgência, na sessão da terça-feira, o pedido poderá ser votado, como pretende o senador.

Para isso, ele precisaria contar, especialmente, com o apoio do líder do PMDB, mas Ibsen está muito mais preocupado com o projeto que regulamenta as eleições municipais de 15 de novembro. Na sessão de terça-feira, os deputados devem aprovar a urgência para o projeto do deputado Genebaldo Correa (PMDB-BA), que trata do mesmo assunto, assim como projetos dos parlamentares Adylson Motta (PDS-RS) e Erico Pegoraro (PFL-RS). E que o atual projeto, que está sendo discutido pelas lideranças partidárias, ainda não está pronto e assim ele entrará na forma de substitutivo ao texto de Genebaldo, que dos três tem prioridade de votação, por ser o mais antigo. Numa sessão seguinte, já tendo aprovado a urgência, o relator Ibsen Pinheiro dá seu parecer e, na mesma sessão, o projeto pode ser votado.